



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE MINAS GERAIS

1 **Ata da Ducentésima Primeira Reunião Plenária** do Conselho Estadual dos  
2 Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, realizada em sua sede, no  
3 dia 17 de julho de 2008, com seu início às 14 horas e 20 minutos. **Estavam**  
4 **presentes os seguintes conselheiros:** Regina Helena Cunha Mendes (Titular -  
5 Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM), Dagoberto Alves Batista  
6 (Titular - Polícia Civil), Maria Cândida R. Jacques Gonçalves (Titular - SEPLAG),  
7 Ronaldo Araújo Pedron (Titular - Secretaria de Defesa Social), Raymundo Rabelo  
8 Mesquita (Titular - Inspeção São João Bosco), Maria do Rosário de Castro  
9 (Instituição de Educação e Construção da Cidadania), Maria da Consolação Faria  
10 (Titular - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste II), Obedes  
11 Barbosa Soares (Titular - GIS - Grupo de Instituições Solidárias), Jonacir Dadalto  
12 (Suplente - Fundação CDL - BH para o Desenvolvimento da Criança e do  
13 Adolescente) Amaury Costa Inácio Silva (Titular - Sindicato dos Psicólogos ),  
14 Adriana Belisário (Suplente - Associação Mineira de Reabilitação), Cláudia de Souza  
15 Barbosa Garcia (Suplente - CRESS - Conselho Regional de Serviço  
16 Social). **Justificada a ausência:** José Marcelo de Azevedo (Suplente Fundação  
17 Benjamin Guimarães), Odilon Pereira Andrade Neto (Titular - Secretaria de Estado  
18 da Saúde), Ilca Verneque (Suplente - Secretaria de Estado da Saúde), Rosilene  
19 Estevam Nazar (Titular - Convenção Batista Mineira), Jamis Andris Pinheiro ((Titular  
20 - OAB/MG), Ricardo Augusto Zadra (Suplente - Secretaria de Estado Fazenda),  
21 Ananias Neves Ferreira (Suplente - Centro Voluntariado de Apoio ao Menor), Eliana  
22 Benício Siqueira (Suplente - SEDESE), Fernanda Flaviana Souza Martins (Titular –  
23 SEDESE), Ivan Ferreira da Silva (Suplente - SEDESE), Andréa Aparecida Cunha  
24 Soares (Suplente - Polícia Civil de Minas Gerais), Gláucia Brandão (Titular -  
25 Assembléia Legislativa de Minas), João Batista de Oliveira (Titular - Subsecretaria de  
26 Direitos Humanos - SEDESE), Nelly Costa Bittencourt (Suplente – Federação  
27 Estadual das Instituições de Reabilitação de Minas Gerais – FEBIEX). **Ausentes:**  
28 Cleverson Natal de Oliveira (Titular - PMMG), Maria Conceição Barros Rezende  
29 (Titular - Secretaria Estado Fazenda), Guilherme Rodrigues de Oliveira (Suplente -  
30 Secretaria de Defesa Social), Eloísa Helena Rabelo Patrus (Suplente – Secretaria de  
31 Estado da Educação), Hudson Roberto Lino (Associação Beneficente Ágape)  
32 Rosemary Leite Mattos (Titular - Secretaria de Estado da Educação), Ione de Moraes  
33 Tofanelli (Titular - Associação Nosso Guri), André Quintão (Suplente - Assembléia  
34 Legislativa de Minas Gerais), Leila José Veronez (Titular - Frente Sul Mineira dos  
35 Direitos da Criança e do Adolescente), Ivania Moraes Soares (Suplente - SEPLAG),  
36 Sônia Feres Slaib (Associação Regional dos Portadores de Deficiência - ARPODE).  
37 A presidente deste CEDCA, Regina Helena, abriu a Plenária cumprimentando a  
38 todos e sugerindo que, antes da aprovação da ata, algumas pessoas se  
39 apresentassem. A primeira delas foi Aparecida Silva, coordenadora da Associação  
40 Comunitária Nações Unidas e conselheira do CMDCA de Sabará; o Sr. Messias  
41 José da Silva, também do CMDCA de Sabará; a Sra. Eneide, do Circo de Todo  
42 Mundo; Maíra da Cunha, assessora do Dep. André Quintão e a Sra. Nadir, da  
43 Assessoria de Comunicação da Ceasa. Também se apresentaram as Sras. Ludmila,  
44 Arlinda, Luciana e os Srs. Fernando e Bernardo, da equipe do conselheiro Ronaldo  
45 Pedron. Em seguida, pediu aos conselheiros suplentes que assumissem a  
46 titularidade na mesa e passou para a aprovação da ata. Sem maiores considerações

47 de outros conselheiros a respeito, Regina disse que teria algumas colocações a  
48 fazer em relação à ata, inclusive sobre a forma como foi redigida, se referindo à  
49 imprensa, onde consta que ela teria dito estar “incomodada”. Ela salientou que não  
50 usou esta palavra e pediu que ela fosse trocada. Posteriormente, deu continuidade à  
51 Plenária. Leu a pauta e ressaltou a importância da discussão das Políticas Públicas  
52 do Estado de Minas Gerais. Solicitou que o conselheiro Ronaldo Pedron,  
53 acompanhado de sua equipe, fizesse a apresentação das Políticas Públicas  
54 praticadas no momento em Minas Gerais, referentes à sua área de atuação. Falou  
55 da visita da Comissão de Direitos Humanos a alguns Centros Educativos, entre eles  
56 o Dom Bosco e comunicou que a funcionária Ana Rita estava de férias, mas que foi  
57 solicitado a ela que fizesse contato com os conselheiros da Comissão de Medidas  
58 Sócioeducativas. Perguntou a Ronaldo Pedron se algum desses conselheiros  
59 acompanhou as visitas. Ele lhe respondeu que não. Pediu desculpas pelo atraso,  
60 por estar adoentada e cansada, já que havia chegado de viagem muito tarde no dia  
61 anterior. Na seqüência, Ronaldo Pedron apresentou sua equipe e começou a  
62 apresentação das políticas sócioeducativas em Minas. Em síntese, sua  
63 apresentação abordou os seguintes pontos: que antes, as políticas tinham sobretudo  
64 o foco na privação de liberdade, igual em quase todo o resto do país e que, agora,  
65 redireciona-se para a medida em meio aberto no Estado. Falou da necessidade da  
66 visita dos conselheiros aos Centros Educativos e da essencial participação dos  
67 mesmos nas discussões das medidas aplicadas. Apresentou o sistema como um  
68 todo, a estrutura das unidades já criadas e das que ainda serão implantadas em  
69 alguns municípios de Minas, além das ações, eixos e equipes de atendimento, tanto  
70 na privação de liberdade, quanto em meio aberto, mostrando fotos dos centros e das  
71 crianças, bem como mapas e estatísticas. Apontou as dificuldades de aplicação  
72 dessas políticas, sua gestão e alguns méritos e sucessos ao longo do processo,  
73 citando Minas como referência para outros estados que visitaram os centros. Falou  
74 do orçamento para aplicação das medidas, explicando que em 2003 eram R\$ 15  
75 milhões, e que hoje, chega a R\$ 70 milhões, com previsão de acréscimo para 2009.  
76 Segundo ele, há também previsão de aumento do número de vagas nos centros  
77 educativos, passando para 180 vagas por centro. Destacou ainda que 50% das  
78 capitais do país não têm medidas de semi-liberdade sendo executadas, e salientou a  
79 dificuldade em fazer parcerias. Ronaldo Pedron informou aos conselheiros que foi  
80 divulgado o edital para que instituições que trabalhem com a questão da criança e  
81 do adolescente apresentassem projetos de parceria, mas que apenas duas  
82 chegaram a se interessar. Salientou o suporte dado aos municípios para a  
83 implementação das políticas em meio aberto, com realização de seminários e  
84 doação de Kits - dois computadores com impressoras e fax e R\$100,00 por  
85 adolescente. Falou dos quatro seminários previstos para serem realizados em 2009  
86 e destacou que é imprescindível a participação do Conselho nesses eventos.  
87 Informou que a supervisão dos Centros Educativos é feita com fomentações,  
88 capacitações e monitoramento, somente como uma forma de apoio, já que essa  
89 tarefa é de responsabilidade dos municípios que, obrigatoriamente, cujos  
90 representantes têm que vir a Belo Horizonte, de dois em dois meses, para mostrar  
91 os relatórios à Secretaria. Falou do fator positivo que é a participação de policiais na  
92 aplicação das medidas em meio aberto, já que são parceiros importantes no  
93 sucesso do programa e são os que mais conhecem e lidam com os meninos  
94 diretamente, sendo necessário, dessa forma, uma capacitação direta. Citou também  
95 que alguns Conselhos Municipais criaram uma comissão própria para análise e  
96 apoio às medidas sócioeducativas em seu município, e que é preciso ter uma

97 mudança nos critérios de implementação das políticas. Segundo ele, não seria  
98 criando novas vagas, já que estas seriam preenchidas rapidamente, mas com uma  
99 mudança cultural, com a adoção de medidas em meio aberto. Disse ainda que, em  
100 2007, foi montada uma Comissão com o Juizado da Infância e Juventude,  
101 Promotoria da Infância, Defensoria Pública, Polícia Civil e a Secretaria de Defesa  
102 Social, que garantiu a Resolução para implementação do Plantão Interinstitucional.  
103 Que agora, toda a Justiça infracional será centralizada lá, podendo agilizar assim o  
104 processo, desde a entrada do adolescente até o cumprimento das medidas. No  
105 terceiro andar do prédio, ficarão os gabinetes; no segundo, todas as áreas técnicas  
106 e, no primeiro, a Polícia Civil, com o atendimento à população. Terá também  
107 alojamentos para as meninas, meninos e adultos, que foram co-autores de atos  
108 infracionais, onde serão acautelados primeiro, antes de serem encaminhados às  
109 delegacias. Esse plantão deverá ser inaugurado no final deste ano. Em seguida,  
110 Regina disse que em breve o Conselho estaria discutindo o orçamento, e pediu ao  
111 conselheiro Ronaldo Pedron para encaminhar ao CEDCA um relatório sobre tudo o  
112 que já foi construído, as demandas e os recursos, pois a sociedade civil tem uma  
113 participação e um interesse no sucesso desse planejamento. O conselheiro Ronaldo  
114 Pedron concordou e disse que encaminharia ao Conselho todo o planejamento  
115 elaborado. Finalizou agradecendo a todos e reforçou a importância da parceria com  
116 o Conselho para a continuidade do processo. A presidente também agradeceu. Em  
117 seguida, houve a discussão das datas para dar continuidade à elaboração do Plano  
118 de Enfrentamento à Violência. O conselheiro Raymundo Mesquita sugeriu, a  
119 exemplo da Plenária, que estava sendo bem objetiva e tratando de um só assunto,  
120 que o Plano de Enfrentamento também tivesse pauta única, onde o assunto pudesse  
121 ser discutido com calma, devido a sua complexidade, já que seria um planejamento  
122 para muitos anos. Os conselheiros Jonacir Dadalto e Maria Cândida também se  
123 manifestaram a favor. A presidente disse que o Seminário de Enfrentamento à  
124 Violência será realizado no período de 27 a 29 de setembro deste ano, e pediu  
125 sugestões de uma data para a discussão do reordenamento do Plano de  
126 Enfrentamento. Walter Guedes disse que teria problemas com o quorum se o evento  
127 fosse marcado para julho, e que a data do seminário deveria ser mudada. A Plenária  
128 decidiu então que as ações do Plano de Enfrentamento precisariam ser mais  
129 discutidas pelas Comissões e por seus respectivos coordenadores, além de todos  
130 que tiverem interesse. Ficou definido ainda que o Plano será trabalhado, mais  
131 tecnicamente, em reunião ampliada da CPP no dia 05 de agosto, às 14 horas.  
132 Indicou também a data de 20 e 21 de agosto deste ano para traçar o Planejamento  
133 Estratégico do CEDCA. O local será definido posteriormente. **Informes Gerais:** O  
134 deputado André Quintão encaminhou ofício, recebido pela Frente Parlamentar de  
135 Defesa, comunicando a alteração da competência da 1º Vara Criminal de Belo  
136 Horizonte para atendimento a crimes cometidos contra crianças, adolescentes e  
137 idosos, e a instalação da 14º Vara Criminal para crimes cometidos contra a mulher.  
138 Em seguida, a conselheira Maria Cândida ressaltou que o Conselho não foi  
139 consultado e nem convidado para participar de algumas decisões importantes, bem  
140 como a aprovação de projetos sobre adoções pela AMES. A presidente falou do  
141 apoio de Andréia Neves e do seu empenho em ajudar o Conselho a conseguir uma  
142 audiência com algum desembargador do Tribunal de Justiça, como uma forma de  
143 apoio à questão da criança e do adolescente em Minas. A SEDESE e a  
144 Subsecretaria. de Direitos Humanos agradecem a Regina Helena pela participação  
145 na mesa de abertura da Capacitação de Conselhos Tutelares e Municipais em  
146 Governador Valadares. Maria Cândida comenta também sobre o Projeto Educarte,

147 do Clube Atlético Mineiro, na cidade do galo. Segundo ela, o projeto é muito bacana  
148 e merece destaque. O CONANDA encaminhou ofício ao CECDA abrindo consulta  
149 pública sobre a regulamentação dos Fundos de Direito. Quer ouvir a opinião da  
150 sociedade brasileira sobre a forma como os Conselhos de Direitos devem  
151 administrar e fiscalizar a aplicação dos recursos. Esse ofício já foi encaminhado para  
152 todos os conselheiros, e o prazo termina em 7 de agosto. Dr. João Batista  
153 encaminha Moção de Apoio ao Dr. Vinícius Alcântara Galvão, titular da Promotoria  
154 do Município de Salinas, aprovada por unanimidade pelo Comitê Estadual para a  
155 Criança e o Adolescente do Semi-Árido Mineiro em reunião do dia 02 de julho de  
156 2008. A SEDESE solicita indicação de representante do CEDCA para o Conselho  
157 Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte  
158 no Estado de Minas Gerais (PPCAAM). Deliberou-se então que a conselheira  
159 Andréia Aparecida Soares assumiria a titularidade no Conselho de Proteção, e que a  
160 conselheira Regina Helena ficaria com a suplência. A senhora Nadir falou sobre a  
161 campanha promovida pela CEASA, em parceria com a SEDESE, de Combate à  
162 Exploração Sexual (Blitz Educativa), que foi realizada em vários locais  
163 simultaneamente, aproveitando o Dia do Caminhoneiro. Ela ressaltou a importância  
164 da participação desses profissionais nessa campanha, já que podem ser tanto os  
165 facilitadores, como também, muitas vezes, os próprios aliciadores desses  
166 adolescentes. O Instituto Wal -Mart lançou edital de captação de projetos a serem  
167 apoiados em 2009. Mais informações no site [www.iwm.org.br](http://www.iwm.org.br). Ministério Público do  
168 Estado de Minas Gerais enviou ofício ao CEDCA, para manifestação em dez dias,  
169 sobre o tratamento dado às crianças que sofrem de violência. Foi encaminhado aos  
170 conselheiros para darem parecer, mas o documento só possuía linhas para  
171 assinarem como testemunhas e não como signatários. A Plenária indicou então a  
172 conselheira Maria Cândida para analisar e responder ao ofício, de forma favorável,  
173 mas com algumas ressalvas. Regina Helena chama a atenção para ofício  
174 encaminhado pelo Dr. João Batista e por Osmar Gusmão (Diretor de Apoio aos  
175 Conselhos Estaduais de Direitos) onde encaminham proposta para mudança e  
176 atualização da legislação deste Conselho e a criação de novas cadeiras. Ela  
177 considera que o assunto deve ser discutido à posteriore, com mais calma e clareza.  
178 Maíra, representante do Dep. André Quintão, sugere que, se houver alguma  
179 mudança nas cadeiras do Conselho, que seja feita em outra gestão. Regina Helena  
180 conclui que o aumento de representantes governamentais neste momento, criaria  
181 problemas, já que a paridade ficaria prejudicada. O conselheiro Obedes mostra o  
182 projeto complementar do CONANDA, o “Minas Agindo em Rede”, encaminhado pela  
183 ASSPROM. A comissão deu parecer favorável ao projeto e a Plenária o aprovou  
184 quanto ao mérito. A ASCOMVILAS (Associação Comunitária das Vilas Reunidas)  
185 trouxe relatório para prestar contas do seu projeto - “Esporte na Formação do  
186 Cidadão”. Sem nenhum assunto mais a tratar, Regina Helena agradeceu e encerrou  
187 a reunião Plenária Ordinária às 18h20, e eu Maria do Carmo lavei a presente ata  
188 que aprovada é assinada por todos os conselheiros presentes à reunião.

189  
190 Belo Horizonte, 10 de Agosto de 2008.

191  
192  
193